

Entre memórias e identidades: um estudo sobre a identidade febiana

Anysio Henriques Neto

Mestrando em Ciências Sociais da Religião - Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

anysiohistoria@bol.com.br

Resumo:

O presente trabalho analisa a construção da identidade Febiana entre os anos de 1944 e 1945. Investiga também, o conflito surgido com o fim do Estado Novo, causado pela chegada dos veteranos de guerra no Brasil. O conflito pelo domínio da memória oficial, entre os febianos e o Estado Novo representa a luta pelo poder entre Vargas e o Exército brasileiro. Esta luta compreende o conflito entre os febianos e o Estado Novo. Assim, a idéia de que a Identidade Nacional foi hegemonicamente construída pelo Estado Novo pode ser relativizada. A identidade cultural febiana, construída no *front* Italiano, opõe-se ao projeto de Identidade Nacional presente no Estado Novo. A luta dos febianos por reconhecimento de sua memória, pela sociedade brasileira, nasceu em meio à luta pelo poder depois de 1945.

Palavras-chaves: Memória, Identidade, Segunda Guerra Mundial

Abstract:

This paper wants to indicate the construction of the Febiana's identify, between the years of 1944 to 1945. Analyses also, the power struggle arrised from the *Estado Novo* fall, caused by the arrived of veterans of war in Brasil. The struggle for the domain of the official memory between the *Febianos* and the *Estado Novo* represents the fight for the power occurred between Vargas and Brazilian's Army. This fight comprises the clash between *Febiano's* and the *Estado Novo's* identifies. Thus, the idea of national identify was hegemonically constructed by the *Estado Novo* must be seen at a comparative framework. The Febiana's cultural identify, made at the Italian Front, resists to the project of national identify inherent to *Estado Novo*. The febian's fight for his memory acknowledgement by the Brazilian society, appeared in the middle of a clash for the power after 1945.

Keywords: Memory, Identity, Second World War.

Memória e identidade: uma perspectiva metodológica

Declarada oficialmente em 1º de Setembro de 1939, a Segunda Guerra Mundial foi o conflito do século XX que resultou na destruição de vários países europeus e na morte de aproximadamente 40 milhões de pessoas.¹ Terminada em 1945, "jamais a face do globo e a vida humana foram tão dramaticamente transformadas quanto na era que começou sob as nuvens em cogumelo de Hiroxima e Nagasaki".²

No pós-guerra, os representantes da vanguarda intelectual vencedora não tardaram em construir uma versão oficial sobre o conflito. Cientes de que a História era ou ainda é escrita pelos vencedores, diversos autores preocuparam-se em legitimar e super-valorizar a participação de seus aliados e conterrâneos. Em países de tradição patriótica, como os Estados Unidos, essa valorização exacerbada pode ser percebida e constatada através da indústria cinematográfica *hollyoodiana* e também pela produção acadêmica relativa às pesquisas históricas sobre o conflito.

Jenkins defende a idéia de que não existe história, mas histórias, construídas por grupos sociais a fim de criar um modelo ideológico dominante.³ Tomando como base o conceito de História, apropriado por Jenkins, de John Frow tem-se uma idéia mais clara sobre essa perspectiva epistemológica, pois

a História é um discurso cambiante e problemático, tendo como pretexto um aspecto do mundo, o passado, que é produzido por um grupo de trabalhadores cuja cabeça está no presente (e que, em nossa cultura, são na imensa maioria historiadores assalariados), que tocam seu ofício de maneiras reconhecíveis uns para os outros (maneiras que estão posicionadas em termos epistemológicos, metodológicos, ideológicos e práticos) e cujos produtos, uma vez colocados em circulação, vêem-se sujeitos a uma série de usos e abusos que são teoricamente infinitos, mas que na realidade correspondem a uma gama de bases de poder que existem naquele determinado momento e que estruturam e distribuem ao longo de um espectro do tipo dominantes/ marginalizados os significados das histórias produzidas.⁴

A sugestão feita pelos autores demonstra como esse discurso oficial limita a análise dos acontecimentos e evidencia o grau de comprometimento dos historiadores tradicionais. Por isso, tal perspectiva, toca em dois pontos chave para o entendimento dessa historiografia hegemonicamente consolidada: a quem atende essa maneira de interpretar os fatos e o porquê da valorização de determinados grupos em detrimento de outros.

Durante a consolidação desse processo ideológico, que insiste em argumentar que os Estados Unidos venceram a guerra, países com

¹ TOTA, Antonio Pedro. *A Segunda Guerra Mundial*. 15. ed. São Paulo: Atual, 1994, p.76.

² HOBBSBAMM, Eric. *A queda do Liberalismo*. In: *Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 177.

³ JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 20.

⁴ FROW, John. *Marxism and literary history*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 1986 apud JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 52.

menor participação bélica ou economicamente inferiores, sofreram as conseqüências desse pensamento que tornou-se hegemônico. Dentre eles encontram-se as antigas colônias francesas e inglesas no norte da África, a Índia, o Brasil e tantos outros.

No caso brasileiro, especificamente, percebe-se de maneira geral o não reconhecimento e a desvalorização de sua participação no conflito. Os motivos para tal, variam desde a tensão gerada entre a chegada do contingente militar vindo da Itália e a ditadura varguista, até a aceitação passiva da versão historiográfica oficial, que atribui ao Brasil pequena relevância e eficiência militar, mas alto grau de indisciplina e despreparo para o combate.⁵

Além de conturbada, a historiografia febiana detém, em si, processos inacabados e pontos interpretativos ainda inexplorados. E por isso, devido às concepções metodológicas e políticas assumidas ao longo do presente trabalho, optou-se pela investigação da formação da identidade febiana.

Rejeitado pelos historiadores, até meados da década de 1990, o discurso criado pelos veteranos traz consigo uma rica discussão até então minimizada. As questões propostas pela literatura febiana são partes constituintes de sua identidade. Por isso adotamos a perspectiva thompsoniana, como recurso metodológico de análise, em torno da história vista de baixo.

Interessado no processo de formação da classe operária na Inglaterra, Thompson ressalta o valor das experiências dos indivíduos durante a formação da dita classe. De maneira homóloga, é por meio das experiências, relatadas ou registradas em documentos, livros, diários e depoimentos, que pretendemos investigar a construção da identidade dos soldados brasileiros, o que não implica dizer a formação de uma classe.

Ressalta-se que apesar de a FEB ter sido constituída por 25.334 soldados, nosso foco de análise restringe-se aos praças⁶, tão somente. Os pracinhas, como ficaram conhecidos no Brasil, atendem à proposta metodológica assumida neste trabalho, no tocante ao objeto de estudo. Pois apesar de atuarem no mesmo Teatro de Operações, soldados de outras nacionalidades, oficiais, enfermeiras e outros membros da FEB, tiveram experiências diferentes durante e posteriormente à guerra, devido a condições hierárquicas e ao papel por eles desempenhado no contexto em que se encontram. As experiências vividas e compartilhadas por esses grupos de pessoas, sejam os praças, os oficiais ou civis italianos, fazem parte do seu processo de formação identitária.

A questão da identidade

Para os ex-combatentes o fim da guerra e a volta para casa, mostrou ser mais um conflito a ser

enfrentado, pois passaram a ser encarados como uma resistência ao regime totalitário vigente no país.⁷ Considerados uma ameaça ao poder de Vargas, o governo decidiu por desmobilizar os efetivos da FEB ainda em solo italiano. Conseqüência disso é que os veteranos desembarcaram no Rio de Janeiro na condição de civis fardados.⁸

Por não serem mais considerados membros do Exército, qualquer ato insurgente seria considerado tentativa de revolta ou revolução, cabendo às tropas radicadas no país conter os revoltosos. Dispondo dessa medida preventiva o governo protegeu-se de um possível golpe e a população brasileira envolveu-se numa breve onda de exaltação nacional.

Limitados à condição de civis, duas opções foram apresentadas aos recém chegados: a reincorporação de quadro, no Exército, ou a carreira pública, nos correios. Insuficiente para alguns e rejeitado por vários veteranos, aqueles que optaram por não receber sua recompensa do governo tiveram de voltar a viver como cidadãos comuns. Inconformados com a forma pela qual eram tratados, grupos de ex-combatentes passaram a se organizar em defesa de seus direitos. Resultado disso foi o surgimento das Associações de Ex-combatentes.

Tal organização não se deu unicamente em torno das reivindicações econômicas e morais a serem conquistadas, mas também em função das experiências vividas durante a guerra, visto que as ditas Associações servem, ainda hoje, como espaço de convivência e lazer, compartilhadas pelos irmãos de armas.

Essa tomada de posição, iniciada pelos próprios combatentes, visa atender a reivindicações específicas desse grupo de indivíduos e é no bojo delas que transparece o processo de formação identitária. Assim sendo, a “identidade é uma construção social e simbólica dinâmica em função de sua permeabilidade em face do contexto”.⁹

Iniciado no embarque do primeiro escalão da FEB rumo ao sul da Itália, esse processo de diferenciação social passou por mudanças desde a volta para o Brasil e ainda mantém-se em construção nos dias atuais, vide os desfiles de 07 de setembro, onde a presença dos ex-combatentes ainda se faz presente. Contudo, as mudanças ocorridas durante esse processo de transformação, referem-se ao contexto econômico, político e cultural vivenciado por essas pessoas. E é através desse percurso histórico que vai da criação de uma identidade nacional, retomada por Vargas, até os dias atuais que se colocam questões pertinentes a serem pesquisadas.

Quais as características principais dessa identidade, visto que somente os militares que estiveram em campo italiano reconhecem-se como

⁵ De fato o contingente militar enviado ao *front* italiano, cerca de 25.000 soldados, não deve ser encarado como vital na decisão da guerra, se levado em consideração a participação de outros contingentes ao longo dos pontos de conflito espalhados por toda a Europa em meados de 1944. O que se pretende criticar é a maneira pela qual a partição brasileira no conflito foi cunhada pela historiografia es-trangeira, baseada em categorias xenófobas e documentos do exército norte-americano.

⁶ Praça é a denominação para os militares que ocupam os postos de baixo escalão, isto é, desde soldado raso até subtenente.

⁷ FERRAZ, Francisco César. *Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p.67.

⁸ CARVALHO, L. P. Macedo. *Força Expedicionária Brasileira: 60 anos*. In: *Verde-Olive*, Brasília, ano 22, n.185, p.16-21, jul/ago/set. 2005, p.20.

⁹ AZEVEDO, Cecília. *Identidade-des compartilhadas: a identidade nacional em questão*. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Orgs.). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p.38-54.

ex-combatentes? Será que essa identidade pode ser considerada um resquício do projeto de identidade nacional iniciado na Era Vargas? E por fim, considerando-se os efeitos descentralizadores da pós-modernidade¹⁰, como é visto, atualmente, pelos próprios ex-combatentes esse conjunto de símbolos culturais e experiências vividas, chamado identidade?

A memória como acesso à identidade

Uma vez criado esse imaginário, “(...) um sistema simbólico através do qual uma coletividade distribui papéis e posições sociais, exprime valores e crenças comuns, enfim, traça o contorno de sua identidade”¹¹, oriundo das experiências de guerra, a maneira pela qual esses indivíduos tem acesso a ela é por meio da memória.

O termo memória pode ser definido de diversas formas, levando-se em conta o campo do conhecimento, História, Psicologia, Filosofia, Sociologia e outros. Optamos, no entanto, por tomar como base a conceitualização de Henry Rousso que o define como “(...) uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional”.¹² Tal definição indica que esse conjunto de símbolos, não pertence ao indivíduo somente, mas sim àqueles que compartilham dele.

Fato importante é que a produção e a sobrevivência dessas memórias coletivas traduzem a disputa pelo poder entre grupos que se pretendem hegemônicos. E nesse caso, a desarticulação dos veteranos indica que a consolidação de sua memória coletiva, ou seja, do contorno de uma identidade, representou perigo a outros grupos no pós-guerra.

Nesse sentido, alguns historiadores, os febianistas, vêm tentando ao longo dos anos, desmistificar equívocos e combater versões criadas com a intenção de marginalizar a participação de países que contribuíram com menor expressão bélica no conflito.¹³ Assim, os estudos sobre a participação brasileira na guerra, passaram a ser reescritos a partir da década de 1980, Waack¹⁴ (1985), Neves¹⁵ (1995), Mancuso¹⁶ (2003), Ferraz (2005)¹⁷ e outros.

É importante ressaltar que existe uma vasta bibliografia sobre a FEB, o que chamamos de literatura febianista, ou seja, a produção literária criada pelos próprios veteranos.¹⁸ Existem também alguns poucos estudos de caráter acadêmico, porém essa vertente historiográfica vem crescendo e com isso os questionamentos em termos qualitativos sobre o tema vêm aumentando. A essa situação, a manutenção dessa memória a

partir da criação de uma literatura especificamente febianista em detrimento do incentivo de estudos históricos em torno dela, Nora esclarece, que “a memória [...] só conheceu duas formas de legitimidade: histórica ou literária. Elas foram, aliás, exercidas paralelamente, mas, até hoje, separadamente”.¹⁹

A opção por estudar essa memória coletiva, novamente marginalizada com o fim do regime ditatorial da década de 1980, aponta para o momento em que essa memória se torna história, ou seja, é o momento em que a memória assume sua forma científica, a história.²⁰

Em sua tese de doutorado, Francisco César Ferraz atenta para a questão do esquecimento da participação brasileira no conflito, por parte de historiadores e mesmo da sociedade,²¹ o que por si só não justificaria a pesquisa. Mas além de pouco estudado pela historiografia, ocorre que a luta pela memória, entre os febianos e a sociedade, traduz problemas ainda caros aos brasileiros, como a questão da identidade nacional e a memória coletiva.

A disputa pela memória

(...) foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos e dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.²²

É em meio a essa disputa pela memória entre duas coletividades, veteranos e a memória coletiva da sociedade brasileira, que a identidade cultural dos veteranos é reorganizada.

Le Goff define que a memória se apóia em dois tipos de material, os monumentos e os documentos, e é através de suas análises que pretendemos esclarecer esse processo de formação e as mudanças advindas dessa disputa entre lembrança e esquecimento. Por monumento entenda-se herança do passado “(...) é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação²³”, já os documentos, que não deixam de ser monumentos, representam a escolha do historiador, que seleciona estes vestígios de maneira a construir ou desconstruir uma determinada versão sobre o ocorrido.

Nesse sentido, os livros, diários, crônicas, jornais, cartas e os demais materiais de autoria febianista ou pertencentes pessoais são por si só monumentos criados com o intuito de manter essa memória coletiva. Da mesma maneira, uma vez colocada no jogo entre lembrança e esquecimento, desde a chegada ao Brasil até os dias atuais,

¹⁰ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: D&P, 1999, p. 9.

¹¹ AZEVEDO, Cecília. *Identidade compartilhada: a identidade nacional em questão*, p. 40.

¹² ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Orgs.). *Usos & abusos da História Oral*. 2. ed. São Paulo: CPDOC-FGV, 1998, p. 94.

¹³ NEVES, Luis Felipe da Silva. *A Força Expedicionária Brasileira: 1944-1945*. In: COGGIOLA, Osvaldo. *Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico*. São Paulo: Xamã, 1995, p. 295.

¹⁴ WAACK, William. *As duas faces da glória*. 2. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

¹⁵ NEVES, Luis Felipe da Silva. *A Força Expedicionária Brasileira: 1944-1945*. In: COGGIOLA, Osvaldo. *Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico*. São Paulo: Xamã, 1995, p. 295-318.

¹⁶ MANCUSO, Amanda. *O Brasil “vai à guerra”*: uma análise de duas experiências de combate e suas repercussões na atualidade. 2003. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade de São Carlos, São Paulo, 2003.

¹⁷ FERRAZ, Francisco César. *Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

¹⁸ Há que se fazer uma distinção dos termos febianista e febianos, pois ao primeiro restringem-se aqueles que tomam a FEB como objeto de estudo, historiadores, jornalistas, arquivistas e outros; já febianos pode ser considerado um adjetivo para os que compuseram a Força Expedicionária Brasileira.

¹⁹ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Revista Projeto História*. São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 28.

²⁰ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora Unicamp, 1996, p. 535.

²¹ FERRAZ, Francisco César. *Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*, p. 3.

²² LE GOFF, Jacques. *História e memória*, p. 426.

²³ LE GOFF, Jacques. *História e memória*, p. 535.

historiadores, jornalistas e mesmo leigos tem se debruçado sobre esses monumentos, tratando-os assim como documentos. É essa seleção “documental/monumental” que nos permite rever a autenticidade dessa identidade, frente a esse movimento de disputa por uma memória que se tentou incutir na historiografia brasileira.

O avanço da historiografia, em termos metodológicos, permite-nos reescrever a versão aceita e interpretar esses ex-combatentes como agentes de memória. Confrontando assim a versão instituída pela historiografia internacional, apoiado pelo regime militar de Dutra, na presidência desde 1946.

O perigo representado por esses agentes de memória foi usado ao longo dos anos como um mecanismo de dominação social, visto que nos anos subsequentes à volta dos expedicionários, promoveu-se um surto de esquecimento. Já nos anos de chumbo da ditadura militar – 1964 a 1985 – o caráter patriótico dos militares foi usado como justificativa para encobrir o autoritarismo professado pelo regime.

Então, tendo em vista as reflexões propostas pela Nova História, na qual encontra-se uma valorização da memória e da história vista de baixo, pela *New Left*, faz-se necessário a confrontação dessas memórias. E a partir desse confronto é que se pretende entender como essa memória coletiva foi manipulada e em que medida o resultado desse esquecimento, induzido por uma versão tida como oficial, traduz o jogo de poder presente na história e na memória coletiva da sociedade.

Por isso a delimitação da identidade desses homens e mulheres que lutaram nos campos italianos é tão importante na discussão sobre essa disputa entre lembrança e esquecimento. Isto porque existem intenções objetivas em ora arrefecer, ora privilegiar o retorno a essas experiências.

A Era Vargas e a criação da FEB: identidades em conflito

No Brasil o projeto de criação de uma identidade nacional inspira questionamentos ainda por estudar. Não por acaso, a disputa política ocorrida no final do Estado Novo, exemplifica a luta pelo poder através da imposição de identidades. Esse conflito de memórias reflete aspectos presentes e ilusórios do que se convencionou chamar de identidade nacional.

Sustentado por um projeto nacional-desenvolvimentista, Vargas tomou medidas que tornassem possível a criação de um modelo de nação. A valorização do nacionalismo, através da resignificação do trabalho, sustenta o processo de criação de uma identidade nacional no regime varguista. Segundo Ângela de Castro Gomes “(...) para o governo Vargas, o trabalho não era

simplesmente um meio de ‘ganhar a vida’, mas sobretudo um meio de ‘servir à pátria’”.²⁴

Terminada a chamada Era Vargas, ou seja, seu primeiro governo, a discussão acerca desses elementos coesivos foi substituída pela bipolarização proveniente do fim da Segunda Guerra Mundial em 1945. Em meio a essas discussões Stuart Hall adverte que há uma “crise de identidade” na modernidade tardia, termo esse usado para designar o que outros pensadores chamam de pós-modernidade.²⁵

É a partir dessas discussões, que atentam para uma mudança no campo identitário, que se pretende investigar o imaginário coletivo, como forma de delimitação da identidade dos brasileiros que formaram a Força Expedicionária Brasileira. Isto porque, o presente trabalho retoma o conflito entre o projeto nacional de Vargas e a identidade dos ex-combatentes no pós-guerra.²⁶

Criada em 1942, a Força Expedicionária Brasileira – FEB ratifica o alinhamento com os Estados Unidos, pondo fim à política pendular de Vargas. Valendo-se do sentimento nacionalista, o governo incitou a sociedade brasileira a tomar parte no conflito contra os regimes totalitários.²⁷

A composição da própria FEB possibilita-nos reavaliar essa construção do sentimento patriótico. A criação do *front* interno apresenta uma contradição entre o que se considera parte constituinte da identidade nacional e o efeito desse sentimento no cotidiano social brasileiro. A insuficiência de voluntários indica não só o questionamento do sentimento nacionalista difundido pelo Estado Novo, mas também uma possível resistência em servir aos objetivos do próprio regime.²⁸

Com o fim da guerra, a relação entre o regime varguista e os veteranos mostrou ser conflituosa, por isso a desmobilização dos efetivos, ainda em solo italiano. Com isso Vargas previne-se de um golpe, possivelmente, impulsionado pelos militares vindos do *front* europeu. Tal justificativa, no campo político, demonstra que a eminência do choque entre uma “comunidade de experiência” e o “imaginário coletivo”²⁹ da sociedade brasileira, leva o governo Vargas a reprimir o uso dessa memória construída nos campos de batalha para sustentar-se no poder. Essa disputa entre memórias revela o não compartilhamento de elementos identitários comuns, entre veteranos e o projeto ideológico do Estado Novo.

Ainda que a formação dessa identidade febian, moldada pela memória dos combatentes, compartilhe com algumas características comuns ao imaginário nacional, como o sentimento familiar, a religião, a hierarquia e até mesmo a posição social no grupo, a experiência no campo de batalha promove uma reorganização desses elementos.

²⁴ FIGUEIREDO, Paulo Augusto. O Estado Nacional e a valorização do homem brasileiro. *Cultura Política* n. 28, jun. 1943, p. 54-53 apud GOMES, Ângela de Castro. Ideologia no Estado Novo. In: PANDOLFI (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 59.

²⁵ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: D&P, 1999, p. 7.

²⁶ MANCUSO, Amanda. O Brasil “vai à guerra”: uma análise de duas experiências de combate e suas repercussões na atualidade, p. 64.

²⁷ FERRAZ, Francisco César. Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial, p. 21-22.

²⁸ MANCUSO, Amanda. O Brasil “vai à guerra”: uma análise de duas experiências de combate e suas repercussões na atualidade, p. 44.

²⁹ Backzo entende que “O imaginário social é, pois, uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida coletiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder. Ao mesmo tempo ele torna-se o lugar e o objeto dos conflitos sociais”. BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. Einaudi. vol. 5. (Anthropos-Homem). Lisboa: Imprensa Nacional. Casa da Moeda, 1985, p. 296-332.

Isso ocorre, pois há um choque entre tipos de identidade, nacional e cultural. O processo de resignificação desenvolvido no *front* permite a criação de uma identidade cultural, diferentemente da já instituída identidade nacional.

Nesse caso, a religiosidade dos combatentes, é apontada por essa pesquisa, como o ponto central da formação de sua identidade cultural. A valorização da religiosidade, enquanto elemento principal dessa identidade, remete à sua função inserida no contexto vivido na Itália: a criação de plausibilidade. Em contraponto a essa realidade, os brasileiros alocados no país eram condicionados a resignificar sua identidade em torno da valorização do trabalho.

O confronto entre essas identidades, no pós-guerra, traduz a disputa pelo poder através da imposição de uma memória oficial que mantenha os pressupostos da identidade nacional. Fato preponderante no resultado obtido pelo governo Vargas com a desmobilização das tropas é o acesso aos veículos de comunicação em massa, bem como a impossibilidade de comunhão, por parte da sociedade civil, com as experiências de guerra. A autonomia³⁰, relativa, da qual os combatentes usufruíam na Itália sob o ponto de vista ideológico, permite que essa identidade seja construída sem a presença do Estado.³¹

Durante a campanha da FEB, cerca de sete meses³², a religião tornou-se a base para a construção identitária dos soldados. Essa identidade cultural compõe-se em três eixos fundamentais, a saber, o medo da morte, o sentimento familiar e a religiosidade. No *front* a religião ganha destaque devido à plausibilidade gerada pela crença religiosa dos militares. Em relação a isso, o sociólogo Peter Berger acredita que “os homens são congenitamente forçados a impor uma ordem significativa à realidade”³³, mas esse combate a anomia instaurada, só é possível a partir da plausibilidade gerada pelo exercício de fé dos sujeitos sociais ameaçados pelo contexto.

A volta para o Brasil representa o início de um novo processo de resignificação para os que estiveram na Itália durante a guerra, contudo nesse momento o eixo identitário, forjado em torno da religião, é deslocado em função de outros elementos. O tratamento dado aos veteranos leva-os a construir um novo acervo simbólico. Nos depoimentos analisados até o momento, a exaltação do cumprimento patriótico do dever indica uma possibilidade de substituição da religião enquanto eixo fundamental dessa identidade. Contudo, a valorização do patriotismo revelada pelos veteranos no pós-guerra, atende à reorganização de sua identidade e por isso deve ser questionada.

O governo Vargas e a participação brasileira na Segunda Guerra

Os movimentos antifascistas cresceram a partir da declaração de guerra, segundo Tota “em 1942 já havia forte movimento antifascista, manifestado nas grandes passeatas, destacando-se principalmente a de 4 de julho de 1942, liderada pela União Nacional dos Estudantes (...)”³⁴

A repressão aos grupos estudantis, operários e comunistas acirrou-se ainda mais, após a publicação do Manifesto dos Mineiros³⁵, de 1943, no qual se reivindicava liberdade e direitos que lhes eram cerceados. Somando-se à situação, estudantes e civis saem às ruas em protesto contra a neutralidade do governo brasileiro, mediante ao torpedeamento de navios brasileiros³⁶, por parte de submarinos alemães.³⁷

Atendendo às manifestações populares, Getúlio põe fim a sua política pendular e firma acordos com o governo norte-americano, que previam a participação do Brasil na guerra, a modernização do Exército e o financiamento do setor siderúrgico que tanto pretendia. Com essas medidas, o governo articula-se para a criação do chamado *front* interno.³⁸

No cenário político, os E. U. A. e o Brasil acertavam acordos e medidas para a criação da Força Expedicionária Brasileira (FEB), com a qual fariam frente nas linhas de combate, deixando assim de ser um mero fornecedor de matérias primas.

A demora na sua criação deveu-se ao fato de serem os norte-americanos os responsáveis por equipar os contingentes militares brasileiros. Mas durante as negociações, vários oficiais, como Goes Monteiro e o General Mascarenhas, já estavam nos E. U. A. em cursos de capacitação e treinamento.

Resultado do alinhamento com os Aliados foi o reavivamento do sentimento patriótico, elemento constituinte da identidade nacional, que estimulou práticas xenofóbicas ao longo desse período. Com isso, os grupos de imigrantes alemães, italianos e posteriormente japoneses, passam a sofrer com a segregação social e a perseguição do governo.

Considerando a participação brasileira na guerra, sob o ponto de vistas militar, ela resume-se a uma pequena contribuição. Já em relação ao contexto brasileiro, o resultado dessa pequena participação promoveu grandes mudanças na política, na economia e na cultura do país.

No ano de 1945, com o fim da guerra, o Estado Novo perdeu forças e o povo exigia eleições diretas, marcadas para dezembro do mesmo ano, logo começou a agitação partidária no país. Pleiteando o cargo o brigadeiro Eduardo Gomes candidatou-se à presidência pela União Democrática Nacional (UDN), partido recém-

³⁰ É fato que o Exército representa, em certa medida, o Estado Novo, mas sua capacidade de controle sobre o processo de resignificação sim-bólica não impede o surgimento de uma identidade própria dos combatentes, neste caso dos praças.

³¹ FIGUEIREDO, Euridice; NORONHA, Jovita Maria Gerheim. Identidade Nacional e Identidade Cultural. In: FIGUEIREDO, E.; NORONHA, J. M. G. (Org.). *Conceitos de Literatura e Cultura*. Juiz de Fora: Editora UFFJ, 2005, p. 200.

³² SILVEIRA, Joel. *O Brasil na 2ª Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1976, p. 7.

³³ BERGER, Peter. *O dossel sa-grado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. 5. ed. São Paulo: Paulus, 2004, p. 35.

³⁴ TOTA, Antonio Pedro. *A Segunda Guerra Mundial*, p. 54.

³⁵ O Manifesto dos Mineiros foi uma carta aberta lançada por intelectuais fazendo uma crítica à ditadura varguista, marcando a contradição entre o regime man-tido por Vargas e a declaração de guerra aos países do eixo.

³⁶ Em relação ao torpe-deamento dos navios brasileiros Francisco César Ferraz esclarece que, de fato, foram submarinos alemães os responsáveis pelo ataque. Durante muitos anos cogitou-se a hipótese de que os norte-americanos teriam afunda-do os navios mercantes na costa brasileira, a fim de pressionar Vargas a tomar uma posição na guerra, sugerindo que o ataque teria sido feito pelos E. U. A.

³⁷ CARVALHO, L. P. Macedo. Força Expedicionária Brasileira: 60 anos. In: *Verde-Oliva*, Brasília, ano 22, n.184, p.10-15, abr/maio/jun. 2005, p.13.

³⁸ FERRAZ, Francisco César. *Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*, p.20-21.

criado pela oligarquia fundiária. Eurico Gaspar Dutra foi o candidato eleito pelo PSD. Devido ao benefício da anistia, Luís Carlos Prestes, do PC, voltou do exílio.

Na tentativa de manter o moral de Getúlio, o PTB lançou o movimento chamado de “queremismo”, pois este reivindicava a permanência do atual presidente para a elaboração de uma nova constituição. O último mandato de Vargas sofreu uma extrema pressão externa e popular, não podendo manter-se no poder devido as gritantes contradições, ele foi deposto.

O fim do Estado Novo e da presidência de Getúlio Vargas se deu da mesma maneira que a sua ascensão. Após nomear seu irmão, Benjamim Vargas para a chefia de polícia, o ministro da guerra, um ex-combatente, Goes Monteiro liderou o golpe que deu fim ao Estado Novo.

O Brasil na Segunda Guerra: do “pingado” ao “breakfast”

Os reflexos da guerra na Europa, declarada oficialmente em 1º de setembro de 1939, afetaram as demais regiões do globo, resultando no torpedeamento de navios mercantes brasileiros, em fevereiro de 1942. Segundo Carvalho “os ataques dos submarinos alemães do Eixo resultaram no afundamento de 35 navios mercantes brasileiros, (...) e na perda de 972 vidas”.³⁹ O resultado destas agressões culminou com manifestações populares, lideradas pela UNE.

A isso se deveu o firmamento do contrato de financiamento da CSN, no ano anterior (1941) e ao rompimento de relações diplomáticas com os países do eixo em 1942. Em resposta à agressão, Getúlio Vargas pôe fim a sua política pendular e “em 22 de agosto de 1942 (...) após uma reunião com seu ministério, declarou estado de beligerância contra o Eixo”.⁴⁰ Em decorrência do rompimento com a Alemanha, foi decidido que o Brasil participaria da guerra, com o envio de uma força expedicionária. Dessa forma, criou-se, em 9 de agosto de 1943, a Força Expedicionária Brasileira. Sob a condição de subordinados ao V Exército norte-americano, foi decidido que os brasileiros receberiam treinamento, equipamentos norte-americanos e, feito isso, iriam para o norte da África para passarem por um novo processo de treinamento.

Após uma mudança de planos, foi vetado o curso de guerra no continente africano e, em 16 de julho de 1944, o 1º escalão com mais de 5 mil soldados brasileiros desembarcou no porto italiano de Nápoles. Além deste, mais 4 escalões seriam enviados à Itália, somando um total de 25.334 soldados até fins de fevereiro de 1945.

Dentre os expedicionários, encontravam-se, além de militares de carreira, civis recrutados, voluntários, funcionários do Banco do Brasil,

médicos, capelães, jornalistas e enfermeiras. Todos esses homens e mulheres se dispuseram a defender os interesses da nação e combater o nazismo em outro país, levando consigo apenas lembranças de familiares, amigos e a vontade de vencerem a guerra.

Durante sete meses os expedicionários tiveram de confrontar-se com situações inéditas a todos. Entre vitórias e derrotas, esses brasileiros inauguravam uma nova página da história do país, contribuindo cada um com seu esforço para a vitória das forças Aliadas.

Deslocados até o sul da Itália, os brasileiros se depararam com um cenário incomum e desagradável. A cena da chegada no porto napolitano marcou de tal forma os brasileiros que puderam perceber o que significava a guerra.

O porto era uma visão apocalíptica, dantesca, mas, por incrível que pareça, ao mesmo tempo, extraordinariamente bela. Por um lado, em terra, ruínas, destruição, provocadas pelos bombardeios. No mar, navios seminaufragados, semidestruídos, incendiados, adernados, grandes mastros fora d'água, espetando o ar.⁴¹

O estranhamento não se deu somente pelo fato da guerra, mas também por se tratar de um novo clima e outra cultura.

No acordo feito entre os Estados Unidos e o Brasil, estava previsto o fornecimento de equipamentos novos ao Exército brasileiro, todavia, o acordo não foi cumprido por parte dos norte-americanos como o previsto. Desprovidos de armas e uniformes de inverno, os brasileiros desembarcaram em Nápoles sem condições reais de entrar em combate. Isso os obrigou a uma série de exercícios de ordem unida, marchas e nenhuma ação militar de fato.

Por sua vez, tendo suas cidades destruídas, os italianos passavam por uma situação de fome e miséria, em decorrência do conflito. Assim, inúmeras saídas foram encontradas para amenizar as perdas e, na esperança de que a guerra acabasse o mais rápido possível, práticas peculiares e nada convencionais foram assumidas pelos civis.

Muitos passaram à humilhante condição de pedintes, uma vez que suas casas e empregos estavam perdidos, já outros prestavam inúmeros serviços nos acampamentos militares dos aliados, como o de lavanderia, por exemplo. Em entrevista ao projeto de História Oral do Exército, o ex-combatente Abdias de Souza lembra como se deu a troca de serviços por comida.

Não se podia dar nada de graça. A filosofia era pagar. Ai vinham aquelas mulheres lavar roupa. Recebiam um crachá para entrar e vinham mostrando e passando pelos sentinelas até chegar ao acampamento, a uma barraca, para pegar uma gandola e uma calça para lavar. Elas levavam até a cantina e tiravam o alimento para suas famílias. Levavam macarrão, chocolate, até toalhas de banho para fazer vestido. Depois traziam a roupa passada e iam entregar, sempre escoltadas.⁴²

³⁹ CARVALHO, L. P. *Força Expedicionária Brasileira: 60 anos*, p. 18.

⁴⁰ FERRAZ, Francisco César. *Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*, p. 8.

⁴¹ VIOTTI, Cássio Abranches. *Crônicas de Guerra: a força expedicionária brasileira na Itália*. [S.n.], 1998, p.52.

⁴² MOTTA, Aricildes de Moraes. *História oral do Exército Brasileiro na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Biblex, Tomo 2, 2001, p. 190.

A situação por ele narrada exemplifica a condição à qual os civis tiveram de se sujeitar para conseguir alimentos, mesmo quando as cidades já haviam sido libertadas do jugo nazista.

Todas essas atividades tinham uma mesma finalidade, a sobrevivência. Foi assim que muitas italianas entregaram-se à prostituição como forma complementar de alimentação e seus filhos serviam de mensageiros no cotidiano social perturbado pela guerra. Em meio a tanta miséria e caos, os italianos puderam contar com a solidariedade e o respeito de soldados aliados, em especial dos soldados brasileiros.

Apesar de terem chegado à Itália com um objetivo, vencer a guerra, os brasileiros logo se sensibilizaram com a guerra enfrentada pelos civis italianos. Em decorrência dessa relação entre brasileiros e italianos, criou-se um clima amistoso para com os expedicionários. Isto porque estes deixaram de ser simplesmente militares e passaram a ser considerados amigos do povo italiano. Hoje a marca indelével do respeito e do carinho aos brasileiros pode ser vista e medida pelos inúmeros monumentos dedicados à ação da FEB durante a campanha na Itália e pelo tom dos comentários feitos por italianos que sobreviveram à guerra.

As mudanças provocadas pela guerra afetaram também a alimentação dos soldados, que tiveram de se adequar ao padrão das rações norte-americanas, mas, contentes ou não com o novo cardápio, o fato foi que o governo brasileiro teve de intervir com uma complementação alimentar. Com a medida, os soldados poderiam ficar com a ração do tipo B “já que seriam reforçadas por 160 gramas de arroz e feijão e 150 de mandioca diariamente, por cabeça, trazidas do Brasil”.⁴³

Religiosidade, morte e família: a identidade cultural dos febianos

A Itália e o Brasil, durante as décadas de 1930 e 40, mostraram-se países predominantemente cristãos. Divididos em católicos e protestantes, tanto civis italianos como os soldados da FEB, demonstraram, de diversas formas, o apego às suas crenças religiosas. A presença de capelães e símbolos religiosos são os indícios materiais que revelam o culto religioso e a importância a que lhe foi atribuída. No campo religioso, alguns nomes ganharam destaque durante a guerra como: André Camurça, Archimedes Bruno, Irineu Lima Verde ou José Sinval Façanha⁴⁴. Estes homens, ligados ao sacerdócio, cientes do valor e da necessidade da religião na vida e no cotidiano dos brasileiros, foram voluntários. Constatamos também uma presença freqüente de comentários acerca da religiosidade nos depoimentos analisados na coleção de História Oral do Exército já citada.

A sociedade civil também se conscientizou da necessidade de exercer e compartilhar a espiri-

tualidade entre os combatentes. Resultado disso, o jornal *Diário Mercantil*⁴⁵ noticiou que “chegaram de Porto Alegre dois altares portáteis feitos pelos associados do Círculo Operário Porto Alegrense, para a celebração dos serviços religiosos nas frentes de batalha”.⁴⁶ Iniciativas como essas demonstram a importância dos serviços, até então, inexistentes no Exército brasileiro.

A fé da qual usufruíam, ajudou-os a conviver com a morte de inimigos, companheiros e de civis inocentes, mantendo-se assim assegurados de que nada de mal poderia lhes acontecer, pois estavam amparados pela vontade divina. Cientes da condição em que se encontravam, a própria morte foi um pensamento e uma possibilidade que, constantemente, aterrorizava os brasileiros, mas o exercício de fé os ajudou a superar a angústia de morrer numa guerra fora do país e longe de casa. A essa trágica situação muitos brasileiros foram acometidos em função do contexto da guerra e os que sobreviveram atribuem essa graça também, à vontade de Deus.

O catolicismo, de maneira geral, tornou-se um fator de ligação entre civis italianos e militares que, em sua maioria, eram católicos. Daí a celebração de missas campais para os militares que deixariam a retaguarda e celebrações mistas com civis e até mesmo com a participação de padres italianos quando lhes era propícia a oportunidade.

O conforto trazido pelo exercício da fé atenuava a dura realidade da guerra e satisfazia uma necessidade já presente nos soldados antes da chegada à Itália, em decorrência disso, antes de irem para o *front*, eles dispunham de missas e celebrações religiosas. Tal fato é lembrado pelo ex-combatente Silas de Aguiar Munguba que, ciente da impossibilidade da realização dos serviços religiosos no *front*, afirma “Mas, antes de entrar em combate, havia sempre um jeito de recebê-la. Os capelães, padre e o evangélico, faziam reuniões conosco, antes de irmos para a linha de frente, ainda no acampamento”.⁴⁷ Por se considerar muito religioso, Silas reconhece que essas reuniões lhe eram vitais e assim como ele, outros combatentes reafirmam o propósito e a importância de tais momentos.

Dentre as preces feitas pelos pracinhas, a volta para casa mostrou-se bastante recorrente quando da realização das mesmas e nas cartas enviadas às famílias, onde se encontraram claramente o pedido e a esperança da proteção divina.

A esperança do fim da guerra era acompanhada pelo sentimento de volta ao lar, presente também no hino do expedicionário “Por mais terras que eu percorra, não permita Deus que eu morra, sem que volte para lá (...)”.⁴⁸ O trecho do hino traduz uma necessidade presente em todos os depoimentos e comentários acerca do tema. Percebeu-se que a volta para a casa significava mais do que a volta à pátria, como é referida no hino,

⁴³ WAACK, William. *As duas faces da glória*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p.30.

⁴⁴ *DIÁRIO MERCANTIL*; 25, ago. 1944, p. 3.

⁴⁵ Esse jornal fazia parte dos Diários Associados em Juiz de Fora. Jornais como o *Diário Mercantil*, *Diário de Tarde* e outros, não apresentam os autores, pois suas matérias eram recebidas de outras agências de maior circulação. Devido a diagramação do jornal ele não segue um padrão de referências para as matérias, são textos distribuídos sem autor ou título. Daí a falta de complemento referencial no documento.

⁴⁶ *DIÁRIO MERCANTIL*, 25 ago. 1944, p. 4.

⁴⁷ MOTTA, Aricildes de Moraes. *História oral do Exército Brasileiro na Segunda Guerra Mundial*, p. 98.

⁴⁸ ALMEIDA, Guilherme. *Canção do expedicionário*. Disponível em: <http://www.suacara.com/expedicionario.htm> >. Acesso em: 10 jul. 2008.

mas principalmente aos familiares e amigos.

A distância do Brasil, de seus entes queridos e de seus familiares, foi um fator de extrema relevância para os expedicionários. Não só o medo de não revê-los, mas também a ausência do convívio social tão importante para esses homens e mulheres fez com que houvesse uma interação entre os que permaneceram no país e os que foram deslocados dele.

Para amenizar essa situação, além dos pedidos de proteção a Deus, o apoio por cartas, telegramas e envio de produtos, foi de fundamental importância para os militares que atuavam na guerra. Por questões de segurança, o exército estipulou os produtos autorizados a serem enviados. São eles

(...) chocolate, café, mate, doces secos, biscoitos, cigarros, fumo, desfiado ou em rolo, sabonetes, escovas, pasta de dente, lâmina e pincel para barba, roupa não usadas, pequenas peças de uso pessoal, estampas, imagens religiosas, retratos e artigos de ótica. (DIÁRIO MERCANTIL, 20, jun.1944).⁴⁹

O recebimento de tais artigos representava mais do que a aquisição de novos artefatos, pois estes significavam uma forma de apreço e carinho pelos combatentes.

De posse de algumas cartas, pudemos identificar a presença marcante da religiosidade e o apego ao sentimento familiar presentes nesses homens, que se dispuseram a enfrentar uma guerra em prol da humanidade. Analisados sob o ponto de vista histórico, essas cartas mostraram ser de grande valia para essa pesquisa, por nelas estarem condensados sentimentos e preocupações que compunham o cotidiano destes militares no entanto as referidas cartas constam no livro *Cartas do Front*, de Andrew Carroll⁵⁰. Devido ao número escasso de missivas, não podemos tirar conclusões generalistas, mas levando em conta os depoimentos dos veteranos e as citações presentes nas obras que compõem a literatura febianas esses aspectos podem ser comprovados.

Quanto ao impacto das cartas e telegramas, percebeu-se uma relação dúbia, isto porque, apesar de demoradas e censuradas, as cartas tiveram um significado muito mais importante do que os telegramas, considerados frios e pouco estimulantes. A isso se deve o fato de não ser possível construir frases complexas nos telegramas, restringindo-se apenas a uma combinação de números, a partir da qual se obtinham frases simples.

Em uma de suas crônicas de guerra, Braga salienta a importância das mesmas para os combatentes

Chegou o correio é uma frase que mobiliza mais gente que qualquer ordem de general aliado ou inimigo. A cara do sujeito que não recebe carta

nesse dia é uma cara de naufrago. - E completa ao final do texto – De qualquer modo, o que é importante é telegrafar e escrever carta. Escrevam, telegrafem, meus senhores e – muito especialmente - minhas senhoras! (...) Isso é que é o que interessa. Isso é o vital para estes milhares de homens que estão aqui. Cartas enormes, cheias de coisas, cheias de bobagens sem importância – isso é que é importante, isso é que ajuda a fazer a guerra. Escrevam!⁵¹

Mesmo o texto sendo dirigido a jornais brasileiros, o apelo feito pelo correspondente foi comprovado em documentos, depoimentos, diários e livros. De fato as cartas serviam para levantar o moral dos homens, daí a preocupação por parte dos oficiais do Estado Maior em saber se os soldados estavam ou não recebendo cartas. Isso nos leva a um acontecimento narrado pelo médico Alípio Corrêa Neto, em que ao receber a visita do comandante da FEB, o general João Batista Mascarenhas de Moraes, pode presenciar tal preocupação. Inquirindo os praças e oficiais do hospital acerca do recebimento de cartas, procedeu-se o seguinte acontecimento.

José, você tem recebido carta ultimamente?
Não senhor, meu general.
Há quanto tempo não recebe uma carta?
Há oito anos sim senhor ...
Como há oito anos se você, no máximo, está na guerra há quatro meses?
É que também em São Paulo eu não recebia, meu general.⁵²

Apesar de cômica, a situação realmente foi um fator de preocupação para o alto escalão militar.

Coincidência ou não, temos também a existência de uma instituição chamada de Madrinhas de Guerra, criada pela esposa do presidente Vargas.⁵³ As madrinhas eram mulheres que se prontificavam a manter troca de correspondência com os combatentes, sem possuir nenhum tipo de vínculo com eles. Em certa medida, as cartas eram recebidas com igual fervor por parte dos soldados.

Esses monumentos/documentos estão perdidos nas mãos de familiares e de veteranos. Por desconsiderarem o material como documento, os conservam apenas como lembranças de sua passagem pela guerra, por isso, a procura, catalogação e conservação deste material deve ser entendida como uma ferramenta para se preservar esse passado histórico do qual estes brasileiros fizeram parte. A troca de correspondências com familiares, amigos ou madrinhas, servia de consolo aos militares, pois elas representavam o mais próximo de um cotidiano sem guerra.

Em comentário sobre as cartas, o historiador Arthur Ituassu propõe que em tempos de guerra

⁴⁹ Jornal consultado no Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora e devido a impossibilidade e anexação do material optou-se pela localização do mesmo.

⁵⁰ CARROLL, Andrew. *Cartas do Front*. Rio De Janeiro: Zahar, 2007.

⁵¹ BRAGA, Rubem. *Crônicas da guerra na Itália*. Rio de Janeiro: Biblix, 1996, p. 61-62.

⁵² CORRÊA NETO, Alípio. *Notas de um médico expedicionário médico*. São Paulo:Imed, 1983, p.49.

⁵³ ALMEIDA, Adhemar River-mar . *Montese: marco glorioso de uma trajetória*. Rio de Janeiro: Biblix, 1985, p. 127.

As cartas de amor são um caso à parte no *front*. A distância, a realidade ingrata e a privacidade da escrita transformam textos simples em confissões absolutamente verdadeiras, palavras sinceras tornam-se representações na busca de um sentido para a vida, quando tudo ao redor são escombros.⁵⁴

Não só as cartas de amor, mas as cartas em geral foram de vital importância para os combatentes, pois lhes traziam lembranças e lhes incitavam desejos. Tais sentimentos, envolvidos ao contexto de morte e destruição, serviram de anestésico para os soldados que se sentiam por alguns instantes fora da guerra.

Em meio aos combates e à situação em que se encontravam, a iminência de morte era um sentimento comum a todos, inclusive aos tedescos.⁵⁵ Tal sentimento esteve presente nas orações, nas cartas e principalmente em suas mentes, mesmo quando estavam fora de combate. Dos três temas abordados, o mais melindroso é o que se refere à morte.

As citações em relação a ela são feitas com cautela e de maneira tímida pelos ex-combatentes, ainda que em referência à baixa de amigos ou inimigos. Em seu diário, o ex-combatente Joaquim Xavier da Silveira demonstra de que maneira os soldados se referiam a ela “O verbo, aliás, era “sobrar”, pois não se falava em morte. Nunca tocávamos em morte nas nossas conversas e quase nunca mencionávamos o nome dos que tinham sobrado”.⁵⁶

Oficialmente o que pode ser encontrado sobre a morte, em forma de documentos do Exército, são os boletins ambulatoriais que atestam com frieza a situação. Como em “(Recebido às 16:25 de 3. 12. 1944. Pulso e batimento cardíacos imperceptíveis. Respiração superficial ocasional. Recebeu respiração artificial, inalação de oxigênio, adrenalina intracardíaca (2cc). Morreu às 16:40)”.⁵⁷ Felizmente esse caso narrado pelo médico Alípio Corrêa Neto em seu livro, consta de um praça que sobreviveu, mesmo depois de ter sido dado como morto, mas, em geral, os que não tiveram a mesma sorte além de aumentarem as estatísticas passavam pelo mesmo procedimento.

Para superar essa situação angustiante e estafante de poder morrer a qualquer momento e de formas horríveis, os soldados buscavam ajuda em suas orações, no apoio encontrado nos amigos de armas e nas cartas vindas do Brasil. Esses recursos criados em meio ao contexto de guerra auxiliaram os combatentes a superar o medo de morrer e lhes deu força para continuar o combate.

A partir das investigações feitas sobre o cotidiano dos expedicionários da FEB, pode-se perceber que além de complexo e inexplorado, ele oculta inúmeras questões posteriores ao fim da

guerra. Não só pela ausência ou inacessibilidade de fontes e bibliografia histórica cientificamente respaldada, mas deparamos também com uma tarefa muito maior, revisar a historiografia existente sobre a participação brasileira na guerra.

Além do descaso com que foram tratados os expedicionários durante a volta para o Brasil, por parte do governo e da sociedade, construiu-se uma versão romanceada da participação brasileira. Essa versão só fez enaltecer o brilhantismo dos oficiais e a idéia construída a partir dos documentos militares do Exército norte-americano, que dão a entender que a participação da FEB não passou de um pequeno contingente militar sem maior expressão e que os soldados brasileiros padeciam de inúmeras carências e indisciplina.

Mas se é de nosso interesse estudar os acontecimentos vividos por esses homens e mulheres, faz-se mister a investigação de novos campos e novas fontes sobre o ocorrido. Caso contrário, a presença brasileira na Segunda Guerra Mundial reduzir-se-á à tomada de Monte Castelo, o objetivo militar de maior expressão da campanha brasileira. E é, por isso, que propusemos o estudo de formas alternativas e não oficiais da presença brasileira na guerra.

Por fim, os três temas abordados não resumem por completo o cotidiano vivido pela FEB na Itália e sim apenas o começo de uma busca que abre caminhos para a análise de novas categorias. Como já foi dito, a ausência de fontes acerca destas obrigou-nos a limitarmos as análises feitas na presente pesquisa. Entendemos também que, a partir deste estudo, pudemos investigar elementos subjetivos ainda inexplorados, que tiveram suma importância para estes homens e mulheres.

Não nos resta dúvida de que o cotidiano dos pracinhas além de complexo e inexplorado, resguarda elementos ainda desconhecidos. Podemos ressaltar que em decorrência da distância da família e o contexto no qual se encontravam - o medo da morte - fez florescer no consciente coletivo e individual destes soldados um apego à religiosidade já presente. Daí é a partir destes três eixos que pôde ser construído um aparato psicológico que garantiu a coragem, em momentos de desespero e a sanidade na situação em que se encontravam.

Os três pontos abordados, sentimento familiar, medo da morte e religiosidade, constituem os pontos principais da identidade cultural dos veteranos. Criada de acordo com o contexto no qual se encontravam, esses arranjos simbólicos que lhes garantia o sentimento de pertença a uma comunidade imaginada, entra em conflito com a identidade nacional varguista em 1945.

Nos campos italianos, o conjunto de valores e características culturais, como a religião, a família, a nacionalidade e principalmente a maneira pela qual esses indivíduos se reconhecem, representam sua

⁵⁴ ITUASSU, Arthur. Cartas do *front* brasileiro. In: CARROLL, Andrew. *Cartas do Front*. Rio De Janeiro: Zahar, 2007, p. 407.

⁵⁵ Tedesco é uma forma de se referir aos soldados alemães.

⁵⁶ SILVEIRA, Joaquim Xavier. *Cruzes Brancas*: diário de um pracinha. Rio de Janeiro: Biblalex, 1997, p. 57.

⁵⁷ CORRÊA NETO, Alípio. *Notas de um médico expedicionário médico*, p. 51.

identidade cultural. Entende-se identidade cultural “quando se quer referir a grupos que não se apóiam em um Estado-Nação, mas que reivindicam a pertença a uma cultura comum”.⁵⁸

Considerações Finais

Ao longo da pesquisa pôde-se perceber que a identidade cultural dos febianos foi formada em torno de três pontos principais já analisados, medo da morte, sentimento familiar e religiosidade. Tais elementos, presentes também na identidade nacional criada por Vargas, garantem aos soldados brasileiros o sentimento de pertença que forja uma comunidade imaginada, criada e vivida nos campos italianos.

Devido ao tratamento dado a esses combatentes durante a sua volta ao Brasil os elementos simbólicos compartilhado pelos veteranos é deslocado em torno de questões sociais às quais eles são acometidos. Com isso o sentimento de pertença é resignificado sob a justificativa do patriotismo, presente em todos os depoimentos analisados. Atualmente, quando inquiridos sobre sua participação na guerra, a justificativa elaborada pelos depoentes é resumida através do cumprimento do dever patriótico.

A reorganização dessa identidade, que exalta o patriotismo, pode e deve ser questionada. Isto porque entre o período de declaração de guerra ao Eixo e a formação da FEB, com seus 25.334 membros, o número de convocados supera o número de voluntários. Há que se levar em conta também o contexto social brasileiro da década de 1940, que limitava os homens em idade de servir o Exército, ou seja, os empregadores e mesmo o serviço público exigiam o documento de dispensa do serviço obrigatório do Exército ou a declaração de reservista.

O não reconhecimento dos direitos e o conturbado processo de re-socialização dos ex-combatentes força esses homens e mulheres a se organizarem, daí a função das associações de veteranos, em torno de questões econômicas e políticas da comunidade de experiência criada na Itália. Esse processo de organização contém em si mesmo questões a serem analisadas, isto porque, há divergências entre os próprios febianos quanto ao pertencimento e ao reconhecimento de sua participação no conflito. Os oficiais do alto escalão e os veteranos de taverna, soldados que não embarcaram, reivindicam direitos semelhantes aos dos ex-combatentes, contudo essas questões não foram abordadas no presente trabalho.

Então, conclui-se que a identidade cultural febianas criada na Itália tem como seu ponto principal a religiosidade, além dos outros elementos simbólicos presentes em seu cotidiano. A volta dos soldados que lutaram nos campos

italianos e o tratamento dado pelo governo Vargas exprime a disputa política pelo poder e também o não compartilhamento do projeto de identidade nacional varguista, hegemonicamente instituído, tal qual é proposto pela historiografia nacional.

Com isso, o processo de resignificação identitária dos febianos visa atender às reivindicações dos seus membros, isto é, os indivíduos que compartilham um conjunto simbólico comum. Com o passar dos anos, a historiografia criada por historiadores estrangeiros, contribui nesse processo constante de resignificação, visto que a literatura febianas estabelece um diálogo com a visão proposta sobre a participação brasileira na guerra. Essa produção bibliográfica contém em si mesma elementos representativos dessa identidade, criada durante a campanha da FEB na Itália e ainda em processo de mudança.

⁵⁸ FIGUEIREDO, Eurídice; NORONHA, Jovita Maria Gerheim. *Identidade Nacional e Identidade Cultural*. In: FIGUEIREDO, Eurídice; NORONHA, Jovita Maria Gerheim (Org.). *Conceitos de Literatura e Cultura*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005, p. 200.